

“A esquerda é burra e negativista”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“A esquerda conta com apenas 160 constituintes. Com seu bater de caixa na Assembléia Nacional Constituinte, porém; fechou as portas para o capital estrangeiro, semeou a incerteza e o temor entre o capital nacional que não quer investir no campo nem na cidade e gerou a recessão pela qual responsabiliza o FMI. A esquerda Brasileira é burra e negativa.”

A análise e a conclusão são do 1º secretário da Executiva Nacional do PMDB, deputado Roberto Cardoso Alves. Segundo sua avaliação, “não há mais de 160 constituintes esquerdistas, inocentes úteis e acovardados. Não passa disso. A maioria da Casa é de centro para a direita, embora seja acomodada e silenciosa. A maioria tem a cara do povo brasileiro. Não quer reforma agrária em terras produtivas, é favorável ao presidencialismo, é tradicional e é favorável ao direito de propriedade.”

Para Cardoso Alves “a esquerda obtém maior repercussão para as suas atividades porque determinada imprensa pensa com ela. E porque sua vocação é de fanfarrão, é de bater caixa e tocar corneta”.

Afirma Roberto Cardoso Alves que “a esquerda brasileira quer transformar o País num coco da Bahia, um caroco, fechado, bloqueado, autárquico no meio do mundo. Ela desconhece a lição secular de Dom João VI de abrir as portas para as nações amigas, para importar e exportar, fazendo com que o Brasil fosse parte do mundo”.

Roberto Cardoso Alves continua a criticar o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que já está sendo elogiado por outros parlamentares de sua orientação doutrinária: “O Bernardo mostrou que é aplicado no ditado. A esquerda, isto é, o Mário Covas, ditou e ele escreveu o parecer”.

CPI adia o depoimento de jornalista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com o adiamento para quinta-feira do depoimento do diretor responsável de O Estado de S. Paulo, jornalista Júlio de Mesquita Neto, a CPI do Congresso que apura a proposta da limitação da soberania na região amazônica, como decorrência da eventual criação da nação indígena ianomami, se reuniu informalmente para decidir sobre dois assuntos: a ampliação do número de seus integrantes, tornando-a mais representativa pela inclusão de representantes dos pequenos partidos, e a viagem a tribos ianomamis, proposta na reunião da instalação da CPI, pelo deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ).

A ampliação da CPI está enfrentando impasse decorrente da interpretação do regimento comum do Congresso e dos regimentos do Senado e da Câmara, por parte das suas assessorias. Pela interpretação, somente uma nova coleta de assinaturas — pelo menos um terço dos integrantes da Câmara e um terço do Senado — tornaria possível a ampliação. O presidente do órgão, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), concordou com a inclusão do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), desde que o partido majoritário, o PMDB, abra mão de uma de suas vagas.

Com relação à ida de uma delegação de parlamentares a tribos ianomamis estão sendo tomadas providências na Funai e na Força Aérea Brasileira, devendo a ida ocorrer no final da próxima semana. O deputado Roberto Cardoso Alves e o relator da CPI, senador Ronan Tito (PMDB-MG), concordaram que a peça-chave para os esclarecimentos buscados pela comissão será o depoimento do jornalista Júlio de Mesquita Neto, pois da autenticidade da documentação em que se baseou o Estado para a série de reportagens-denúncia dependerá o rumo das investigações.



Grupo xiita “estoura aparelho” do relator

JOSÉ FONSECA FILHO

Sem convite, mas decididos a entregar, de qualquer maneira, um documento com mais de 30 emendas ao relator Bernardo Cabral, um grupo de deputados dos partidos de esquerda foi ontem ao Instituto Israel Pinheiro, onde os grupos de consenso, liderados pelo senador José Richa e o deputado Euclides Scalco, tinham se reunido há mais de um mês, transferindo gradativamente, na prática, o local dos trabalhos da Constituinte. Os parlamentares esquerdistas saíram da Câmara de ônibus, e José Genofino (PT-SP) comentava, em tom de ironia, que iriam “estourar o aparelho do Cabral”, referindo-se ao relator, com quem tentavam contato há dias.

Houve alarde à saída e à chegada. Os grupos de consenso estavam reunidos, sob a presidência do deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), com a assessoria do senador José Richa, na ampla sala do instituto. José Genofino, Haroldo Lima (PC do B-BA), Paulo Ramos (PMDB-RJ) e Nelson Friedrich (PMDB-PR) comunicaram o desejo de entregar o documento a Cabral, comentando que aquela reunião era “uma articulação de centro-direita”, porque todos os constituintes deveriam estar reunidos conjuntamente no Congresso. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) respondeu que todos poderiam sentar e participar dos debates naquele “grupo de estudos”.

Alguns constituintes esquerdistas resolveram ficar, mas a maioria deles retirou-se da sala, pois esperavam o relator Bernardo Cabral, naquele momento em local desconhecido.

A “invasão” aconteceu às 15h30, mas Cabral só chegou uma hora depois. Perdeu um espetáculo de divergência explícita sobre temas não polêmicos, quando Haroldo Lima protestou contra “a articulação conservadora” e investiu, de dedo em riste, contra Sandra Cavalcanti e Joaquim Bovilácqua (PTB-SP), que não gostou da atitude do seu companheiro de Constituinte. “Tire o dedo de minha cara, aprenda a falar com educação”, protestou Bevilácqua, para depois concluir que o pessoal da esquerda queria apenas “fazer cena, e não participar”. Por via das dúvidas, alguns ficaram na sala, como Moema São Tiago (PDT-CE), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e Nelson Friedrich.

Com a chegada de Cabral, a esquerda foi se reunir com ele na sala ao lado. José Genofino explicou que o documento consta de mais de cem emendas sobre 30 itens do substitutivo, representando os pontos de vista de mais de 120 constituintes do Movimento Unidade Progressista. Insistiu em que as reuniões fora do Congresso marginalizam outros parlamentares e revelam interesse na aprovação de propostas conservadoras da maioria reunida sob a denominação de “consenso”. A portas fechadas, relator e esquerdistas devem ter se entendido tão bem quanto o relator com os conservadores, porque à saída todos se mostra-

vam satisfeitos, em suas declarações aos jornalistas. As proposições serão devidamente levadas em consideração, comentou Cabral, enquanto Jorge Hage (PMDB-BA) exultava: “Pelo menos não precisamos mais ficar procurando o relator”.

Haroldo Lima comentou: “Eles (os conservadores) queriam se esconder do conjunto da Constituinte, mas devem saber que não vamos votar em projeto feito isoladamente”.

Até a chegada dos esquerdistas o grupo chamado “conservador” debatia temas referentes à educação, saúde e cidadania, mas sem grandes resultados práticos. A reunião prosseguiria até tarde da noite, mas a julgar pelos depoimentos de dois dos mais importantes parlamentares do grupo, os esquerdistas não teriam perdido muito se tivessem ficado no Congresso. “Já não sei o que estamos fazendo aqui, nem se tratamos de algo importante”, comentou o deputado Nelson Jobim, um dos relatores adjuntos de Cabral. “Todos os temas já foram debatidos”, observou Adolfo de Oliveira. Mas pelo menos Moema São Tiago gostou de ter participado por algumas horas.

“Discutimos a recuperação da nacionalidade para pessoas que vão morar fora do País e a perdem temporariamente, como condição para trabalhar no Exterior. Sei que isso é importante porque passei sete anos exilada”, comentou.

Alguns parlamentares do grupo de consenso aproveitaram a “invasão” das esquerdas para retirar-se da reunião e, comentando que nunca houve interesse em marginalizar nenhum grupo, foram deixando às confortáveis instalações do instituto. Surpresa desagradável aguardava os esquerdistas a saída: o ônibus da Câmara que os conduzia havia regressado sem esperar por eles e a maioria teve de voltar de carona. “Deve ter sido coisa do Ulysses”, comentaram alguns. O Instituto está situado a 15 quilômetros do Congresso, de onde partiram para a empreitada os deputados José Genofino, Paulo Ramos, Eduardo Bonfim, José Carlos Sabóia, Haroldo Lima, Lídice de Mata, Moema São Tiago, Nelson Friedrich, Sigmaringa, Seixas, Raquel Capibaribe, Eduardo Jorge, Gumercindo Milhomen, Emilson Valentim, Paulo Delgado, Ana Maria Rattes e Luís Gushiken.

“Foi o último dia de trabalho aqui. O reduto foi devassado”, comentou, em tom de brincadeira, Nelson Jobim. Cabral saiu-se bem, com os esquerdistas, mas depois ainda enfrentou os secretários de Fazenda de vários estados, que os esperavam desde as 14 horas, com audiência marcada, mas até as 19 horas ainda não haviam sido recebidos. Terminava ali o trabalho na Miniconstituinte oficiosa à beira do lago — talvez mais agradável e produtiva que a do Congresso — finalmente “estourada” pelas esquerdas. (Brasília-Ag.Estado)

Sarney garante imprensa livre

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney disse ontem que tem o compromisso de manter a liberdade de imprensa no País, que, além de um direito inalienável do cidadão, “sempre será uma barreira invisível a impedir o florescimento da tirania”. Ao receber os jornalistas do Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto em seu gabinete, para os cumprimentos pela passagem do Dia da Imprensa, ele elogiou a qualidade profissional dos meios de comunicação, afirmando que no Brasil “se faz um dos melhores jornalismo do mundo”.

O que seria um encontro apenas formal acabou-se transformando numa conversa descontraída. Inicialmente tenso, ainda abalado pela morte do ministro Marcos Freire, o presidente brincou depois com o seu estado de saúde: “A um homem com mais de 50 anos não se pergunta mais como ele está, e sim onde está doendo”, disse. Sarney passou então a analisar a imprensa brasileira e lembrou sua experiência, como jornalista, no Maranhão, no Rio de Janeiro e em Brasília. Até hoje, segundo revelou, mantém um contrato de trabalho como repórter de polícia, função que começou a exercer no início da carreira no jornal O Imparcial, do Maranhão.

Na avaliação do presidente, a principal característica da imprensa brasileira é sua autonomia em relação aos partidos políticos. Por isso, temos um jornalismo “mais profis-

sional, informativo e não engajado”. Considera também que o nível de profissionalismo dos jornalistas é consequência da modernização das empresas de comunicação do País.

Mais tarde, a Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto distribuiu nota assinada por Sarney em que ele reafirma as opiniões reveladas durante a conversa com os jorna-

E seu direito de opinar como líder

O presidente José Sarney defendeu ontem o direito de participar do debate para mudar o sistema de governo. Em conversa rápida com os jornalistas, no Palácio do Planalto, disse: “Não podemos jamais pensar que se pode mudar o sistema de governo de um país com a profundidade com que o debate está sendo feito sem que o presidente, que exerce por dever uma liderança política, não tenha uma participação”.

Sem responder diretamente à pergunta que lhe foi feita, se aceitava negociar um sistema de governo que passasse pelo parlamentarismo, o presidente Sarney disse que “não poderia, de nenhuma maneira, participar de qualquer negociação que não seja aquela do interesse nacional”. Completou sua afirmação, acrescentando que “toda vez que tivermos qualquer negociação do interesse nacional eu não terei nenhuma posição pessoal”. Mas não falou em presidencialismo ou parlamentarismo, nem comentou a sua participação nesse debate.

listas. O documento diz que “faces de uma só moeda, liberdade e imprensa marcam o Brasil de hoje. O Brasil da redemocratização, cujos lances foram retratados nas páginas de nossos veículos de comunicação de massa”.

Lembrando que durante 37 anos esteve ligado ao trabalho jornalístico e à literatura, o presidente destaca na nota que “a experiência ensinou-me a valorizar e respeitar o jornalismo sério e construtivo”. Faz em seguida uma referência especial a Hipólito José da Costa, “verdadeiro idealista, que forjou toda uma história de luta e de combatividade em prol da liberdade e da independência do Brasil”.

Na mensagem de saudação ao Dia da Imprensa, Sarney ressaltou que “o direito à liberdade de imprensa é um direito inalienável do cidadão”. E finaliza: “Como presidente da República tenho o compromisso de garantir tal liberdade, pois todos sabemos que ela sempre será uma barreira invisível a impedir o florescimento da tirania, que, em meio à liberdade, dela se possa utilizar para cercear a vontade coletiva”.

O presidente diz ainda que se sente orgulhoso de poder invocar a circunstância, “muito especial”, de ter-se iniciado no trabalho e na ação pública através da imprensa. “Como escritor e político”, acrescenta, “é com saudade que lembro meus tempos de jornal em São Luís do Maranhão, editando a Folha do Estudante no Liceu Maranhense”.

Empate na definição do regime

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Está empatada a disputa entre parlamentaristas e presidencialistas na Constituinte: 261 a 261. Foi esse o resultado de um levantamento extra-oficial de líderes partidários, excluindo cerca de 20 indefinidos do PMDB, a bancada do PT (16 votos) e o único representante do PMDB, senador Antonio Farias (PE), ausente de Brasília.

Na bancada do PMDB na Câmara, o líder Luiz Henrique garantiu ontem que, até agora, o parlamentarismo está com nítida maioria: 160 a 90. Dos 259 deputados, apenas 36 ainda não responderam ao questionário da liderança sobre sistema de governo. Luiz Henrique acredita que o parlamentarismo deverá prevalecer com

uma vantagem de, pelo menos, 70 votos na sua bancada. No Senado, a bancada está dividida.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), informado da divisão entre parlamentaristas e presidencialistas, disse que há condições de “conquistar” os indecisos, alcançando a maioria da Constituinte a favor do presidencialismo. Para isso, disse ele a Ulysses Guimarães, será necessário um trabalho coordenado pelo presidente Sarney, pelo presidente do PMDB, pelas lideranças e pelos governadores.

Se os indecisos se definirem, ainda assim a previsão é a de que o PMDB continuará dividido meio a meio. Tudo indica que a posição do PT (16 votos) poderá definir o sistema de governo: presidencialismo mitigado, com o fortalecimento do Con-

gresso; parlamentarismo gradual, a partir de 89 ou 90; ou parlamentarismo misto, com o primeiro-ministro exercendo funções de ministro-coordenador.

A posição de parte considerável da bancada do PMDB, tendo à frente o líder Carlos Sant’Anna, contrária à redução dos poderes do presidente Sarney está dificultando os entendimentos.

Numa avaliação informal, o quadro apresenta-se, no momento, da seguinte forma: presidencialismo: 114 do PMDB, 92 do PFL, 14 do PDS, 23 do PDT, 1 do PDC, 8 do PL, 9 do PTB; parlamentarismo: 180 do PMDB, 30 do PFL, 23 do PDS, 3 do PDT, cinco do PDC, cinco do PC do B, três do PCB, dois do PSB e 10 do PTB.

Diplomacia